

## ***Caderno de Memórias Coloniais e O Retorno: Novas Narrativas sobre a Presença dos Colonos Portugueses na África do Século XX***

Doutoranda Flávia Arruda Rodrigues<sup>1</sup> (PUC-Rio/UNESA)

### **Resumo:**

*Nos últimos cinco anos, um fenômeno tem se manifestado no mercado editorial português: o lançamento de livros que reconstituem a presença dos colonizadores em territórios africanos, durante a segunda metade do século XX. Nesses títulos, o leitor encontra memórias da vida cotidiana que os portugueses levavam em Angola e Moçambique, além de reconstruções literárias do retorno a Lisboa que os colonizadores foram obrigados a fazer entre a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, e as declarações de independência das ex-colônias, que se sucederam até fins de 1975. Livros como Os retornados: um amor nunca se esquece, de Julio Magalhães (2008), Caderno de memórias coloniais (2009), de Isabela Figueiredo, O retorno (2001), de Dulce Maria Cardoso abordam a perda de bens, familiares e amigos, ao mesmo tempo em que evidenciam continuidades como a busca da manutenção da hierarquia do colonizador frente ao colonizado.*

**Palavras-chave:** Colonização portuguesa, África, retornados, memórias

## **1 Introdução**

Era uma tarde chuvosa de julho no Rio de Janeiro e a escritora portuguesa Dulce Maria Cardoso participava de mais um evento da intensa programação de divulgação de seu livro *O retorno*, publicado no início do ano passado, no Brasil, pela editora Tinta da China<sup>1</sup>. O encontro com o público, desta vez, era no Real Gabinete Português de Leitura, no Centro, e Dulce, entrevistada pela professora e pesquisadora Madalena Vaz-Pinto e pela escritora Tatiana Salem Levy, encontrava-se sentada, também, perto de potenciais leitores, a maioria portugueses (e do embaixador de Portugal no Brasil, à sua esquerda). Como um quórum de 20 interessados, aproximadamente, compareceu à palestra, os organizadores decidiram transferir o evento do salão principal para a igualmente pomposa (porém, menor) sala da diretoria, no térreo.

A primeira hora de conversa havia se passado e Dulce comentava que o problema de Portugal não está na escassez de recursos, mas em sua má distribuição. Dizia, também, que era necessário que a vida em seu país fosse mais justa, ainda que isso continuasse a significar uma grande diferença em relação aos padrões de acesso a bens culturais e de consumo da Europa do Norte. Neste momento, a escritora foi interpelada por um homem da pequena plateia, de marcado sotaque português, que, como ela, estava sentado na grande mesa de reuniões disposta no meio do recinto.

– Peço desculpas, mas é que, às vezes, distraio-me e não presto atenção no que está a dizer. É que, para mim, a visão de si a dizer estas coisas e daquilo que está logo ali acima são por demais

---

<sup>1</sup> No mês de julho de 2012, a escritora portuguesa Dulce Maria Cardoso esteve no Brasil para uma série praticamente diária de eventos relacionados ao lançamento, no país, de seu livro *O retorno*. Entre os compromissos marcados, o encontro no Real Gabinete Português de Leitura (em 3 de julho) e a participação na mesa “Em família”, na Tenda dos Autores da Festa Literária Internacional de Paraty (em 7 de julho). Depois, a autora foi a São Paulo encontrar leitores na Livraria da Vila (10 de julho) e voltou ao Rio de Janeiro para a Festa Literária das UPPs, no Morro do Cantagalo, em Copacabana (em 11 de julho). Também foi convidada da série Encontros do Globo, na Livraria da Travessa do Shopping Leblon, em evento promovido pelo jornal O Globo (em 12 de julho). Nesses encontros, foi a principal atração ou dividiu bancada com os autores brasileiros Zuenir Ventura, José Anzanello Carrascoza, Ana Maria Machado e, em duas ocasiões, com o também português José Luís Peixoto. Compareci à do Real Gabinete Português e à da Flip, acompanhando a repercussão das outras pela imprensa.

conflitantes.

Dulce Maria Cardoso virou-se. Na parede à sua direita, no alto, havia uma pintura com a imagem do ditador português António de Oliveira Salazar ainda jovem, em meio perfil, com uma mão sobreposta à outra na altura do peito, tendo uma pradaria ao fundo. A escritora abriu um sorriso e disse, com algum sarcasmo:

–Precisamos falar sobre estas coisas – afirmou. – Olha lá, até que está muito bem!

A estranheza causada pela “presença” de Salazar no ambiente e a frase de Dulce Maria Cardoso refletem a amplitude que o recente debate acerca dos desdobramentos dos processos de independência das ex-colônias portuguesas tem ganhado, especialmente dos últimos cinco anos para cá. A reboque da atual crise econômica europeia, à qual somente Alemanha e França parecem ter condições mínimas de enfrentamento, a cena cultural portuguesa, inclusive a literária, tem produzido uma grande quantidade de narrativas que reescrevem a presença de cidadãos nacionais em territórios africanos, no século XX, e discutem reverberações de marcas históricas ainda hoje perceptíveis se analisadas como continuidades e não como interrupções.

A enfática acolhida dada pelo público leitor a essas obras, manifestamente notada pelos vultosos números de vendas dos títulos, e a contundente repercussão positiva obtida por *O retorno*, aclamado por críticos como o primeiro romance de fôlego sobre o tema da volta emergencial de cerca de 500 mil portugueses das ex-colônias para Lisboa, entre 1974 e 1975, dão indícios de que o debate público é uma resposta ao que Nietzsche chamou de emergência. Nesse caso, a necessidade sentida por uma geração de escritores nascida no início da década de 60 de enunciar outro período da História portuguesa marcado pela perda de familiares, amigos, e de seus próprios lares e bens materiais, deixados para trás às pressas quando eles próprios tinham idades entre 10 e 15 anos. Eram, portanto, economicamente dependentes de seus pais e não vivenciaram os acontecimentos de forma direta, mas de maneira secundária.

O retorno dos cidadãos nacionais portugueses a Lisboa ocorreu a partir de 25 de abril de 1974, data da Revolução dos Cravos, quando efetivos do exército português tomaram a zona central de Lisboa com a finalidade de depor o governo ditatorial que se mantinha no poder havia 48 anos. O Movimento das Forças Armadas (MFA), como era conhecido, foi liderado por um grupo de capitães descontentes com os rumos da política nacional portuguesa, o alto custo de manutenção de tropas em terras extracontinentais, a impossibilidade de progressão na carreira militar e as crescentes baixas de soldados e oficiais, mortos ou mutilados em conflitos, àquela altura insustentáveis, que perduravam desde 1961, ano em que começaram as chamadas Guerras Coloniais (deflagradas em Angola, a partir do episódio conhecido como Tomada do Pacote Santa Maria, liderado pelo oficial militar dissidente e escritor Henrique Galvão).

O período entre o fim da ditadura portuguesa e as datas de declaração de independência dos países que viriam a ser ex-colônias foi decisivo para os cidadãos nacionais que haviam optado por viver em territórios que, até então, eram considerados portugueses. Eram centenas de milhares, uma vez que o Estado Novo incentivara a migração populacional, no início do século XX, a fim de ocupar áreas ociosas (no entender do governo central) e cumprir tratados da Conferência de Berlim (1884-1885) que, não tendo sido respeitados, culminaram na perda, para o Reino Unido, de gigantescos territórios no Sul da África, em 1890. A retirada repentina da administração colonial portuguesa e o acirramento das tensões provocadas tanto pelos processos de transição política quanto pelo sentimento de revolta das populações locais por séculos de opressão e expropriação forçaram a saída imediata de cerca de 500 mil portugueses que, sem alternativa, embarcaram de volta para Lisboa, deixando para trás empregos, imóveis, dinheiro, bens materiais e objetos pessoais como automóveis, joias, roupas, fotografias e outras peças de uso cotidiano, além de amigos e familiares que perderam suas vidas em represálias ou emboscadas.

Moçambique, por exemplo, foi declarado independente de Portugal em 25 de junho de 1975. Angola, em 11 de novembro do mesmo ano. Só a partir dessas datas, por exemplo, foram consideradas válidas as nacionalidades desses países. Nesse interregno iniciado pela Revolução dos Cravos, as centenas de milhares de portugueses que viviam nesses territórios tiveram que optar

entre ficar, tornando-se cidadãos do país recém-constituído assim que a nacionalidade fosse reconhecida internacionalmente, ou voltar para a metrópole. No entanto, as circunstâncias políticas alcançaram tal ponto de criticidade que, nos últimos dias que precederam as independências (especialmente a de Angola, a colônia mais rica entre as circunscritas nos domínios portugueses), estabeleceu-se uma ponte aérea emergencial entre os aeroportos locais e o de Lisboa, na qual foram incluídos dezenas de aviões emprestados por países participantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em particular, dos Estados Unidos. Estima-se que 500 mil portugueses retornaram a Lisboa.

Uma vez no poder, em Lisboa, após a Revolução dos Cravos, o Partido Comunista Português, ansioso por dar novos rumos à democracia portuguesa após a intervenção militar, passou a proceder como se a ditadura e as décadas de governo estado-novista não houvessem existido, o que acabou forçando o esquecimento, ou a tentativa de apagamento de parte da história portuguesa ligada a forças políticas conservadoras. Essa situação, ao que me parece no decorrer desta pesquisa, perdurou por cerca de 40 anos, até que a geração dos filhos de ex-colonos portugueses chegasse à maturidade e, principalmente, sentisse a necessidade de dar respostas a um momento de crise econômica, que é o que vem acontecendo nos últimos anos.

## **2 Os Filhos dos Colonizadores Revisitam suas Infâncias**

Sem as mesmas mágoas e ressentimentos de seus progenitores, e amparados por uma situação de relativa estabilidade institucional nos países que, nas décadas de 1960 a 2000 passaram por sérios conflitos armados, essa geração, ao que tudo indica, se sente mais à vontade para resgatar e reescrever um passado que também foi seu, ainda que de forma enviesada ou secundária. Hoje em dia, é possível retornar a Angola ou Moçambique com segurança. Na mesma sessão com os leitores em que Dulce Maria Cardoso fora interpelada a respeito do quadro de Salazar, uma jovem portuguesa da plateia, aparentando ter cerca de 20 anos, contou que, havia alguns meses, tinha voltado com seu pai a Angola para conhecer locais e pessoas de uma história que ela sabia ter existido, e que fizeram parte da vida dele e dos avós, mas da qual jamais havia se falado dentro da casa dela.

É desse retorno abrupto, feito praticamente sem escolha, que tratam os livros analisados neste texto. São eles: *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo e *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso. Incluo, ainda, considerações sobre *Os retornados: um amor nunca se esquece*, de Júlio Magalhães. Os motivos para a escolha desses títulos são diferentes. Lançado em 2009, *Caderno de memórias coloniais* foi um dos primeiros a serem analisados pela crítica acadêmica. Para Margarida Calafate Ribeiro, da Universidade de Coimbra, que produziu um texto a propósito do lançamento do livro, a escrita de Isabela Figueiredo resgata o passado colonial vivido em Moçambique, que aparece no esforço da narradora em rever as atitudes autoritárias e violentas do próprio pai, figura que, de outra forma, pode ser lida como representação da pátria portuguesa. O enfrentamento de questões do passado, como a arrogância colonial, afirma Calafate Ribeiro, aparece em uma mistura de tons ficcionais e autobiográficos, como se pode ler no seguinte trecho de *Caderno de memórias coloniais*:

O meu pai, a quem coube a missão de electrificar a Lourenço Marques dos anos 60, nunca quis empregados brancos, porque teria de lhes pagar os olhos da cara. Lembro-me bem de o escutar à mesa, tagarelando sobre a questão, com a minha mãe, relativamente a determinados brancos que vinham pedir emprego, e que seriam uma boa aquisição, pois, sim senhor, mas o ordenado dobrava ou triplicava, e não, preferia andar ele sozinho a tomar conta de suas inúmeras obras, por onde deixava os seus inúmeros pretos. Tinha 12 no prédio da 24 de Julho, mais vinte no Sommershield, mais sete numa vivenda da Matola... e corria, o dia inteiro a cidade, de um lado ao outro, a controlar o trabalho da pretalhada, a pô-los na ordem com uns sopapos e uns encontrões bem assentes pela mão larga, mais uns pontapés,

enfim, alguma porrada pedagógica.

Um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada, e não servia para ordenar, vigiar, mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser à força. O que se dizia à mesa do jantar era que o sacana do preto não gostava de trabalhar, ganhava o suficiente para comer e beber na semana seguinte, sobretudo beber; depois, ficava-se pela palhota estirado no pulguedo da esteira, a fermentar aguardente de caju e de cana, enquanto as pretas trabalhavam para ele, com os filhos às costas. (FIGUEIREDO, 2009, p.23-24).

*Cadernos de memórias coloniais* é um breve livro editado pela Angelus Novus. No fim de 2009, ano de seu lançamento, alcançava a terceira edição. Hoje, está praticamente esgotado em Portugal, sendo difícil encontrá-lo à venda em uma livraria, no país. Uma vez tendo-o nas mãos, o leitor, de saída, é informado na segunda capa de que “Isabela Figueiredo nasceu em Lourenço Marques em 1963 e veio para Portugal, com a vaga de retornados, em 1975. Este é seu segundo livro, depois de *Conto* é como quem diz, publicado em 1988. Nunca voltou à África” (FIGUEIREDO, 2009, segunda capa). Ao fim de 136 páginas de narrativa, o leitor encontra material autobiográfico da autora<sup>2</sup>. São postagens do *blog* de Isabela Figueiredo, uma entrevista com a autora, além de dez livros, cinco datas e cinco lugares recomendados por ela. São textos que dialogam com o conteúdo de seu livro.

A escrita de Isabela Figueiredo é breve. Seus capítulos, escritos em forma diarística, raramente ultrapassam três páginas de extensão. Apesar de confrontar-se com a figura de um pai durante todo o texto, é ao seu que a autora dedica o trabalho.

Os desterrados, como eu, são pessoas que não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram os vínculos legais, não os afetivos. São indesejados nas terras onde nasceram, porque sua presença traz más recordações. Na terra onde nasci serei sempre a filha do colono. Haveria sobre mim essa mácula. A mais que provável retaliação. Mas a terra onde nasci existe em mim como mácula impossível de apagar. Persigo oficiais marinheiros que trazem escrita, na manga do casaco, a palavra Moçambique! (FIGUEIREDO, 2009, p.133).

Segundo Calafate Ribeiro, a dissolução desses nódulos só poderá ser realizada de forma eficaz se feita pelos filhos daqueles que protagonizaram o trauma – que é exatamente o que vem acontecendo no cenário português com o surgimento desse novo tipo de escrita literária. São esses narradores, eleitos a partir das escolhas dos autores desta geração que, através da *persona* de uma criança ou de um jovem (o que é um fenômeno bastante frequente), reconstroem e reelaboram um mundo que também lhes pertenceu – embora tenha pertencido, primordialmente, a seus pais, agentes da História.

Sentindo-se à vontade para lidar com culpas coloniais, por não terem sido aqueles que obedeceram a ordens administrativas da metrópole ou usaram de violência física, verbal ou psicológica contra ninguém, esses escritores e seus personagens elaboram discursos para que as gerações subsequentes os vivenciem. No caso da geração anterior, a construção de qualquer narrativa semelhante parece ter sido (como continua a ser, para os que estão vivos) um fardo por demais pesado ou mesmo impossível de ser realizado. É significativo, como afirmei, que esse gesto possa ser diagnosticado num momento de profunda crise econômica e, em certa medida, institucional, nos âmbitos do Estado português e da União Europeia.

---

<sup>2</sup> A mistura de dados ficcionais e biográficos dos autores ou de pessoas que viveram a época parece ser frequente nas obras dessa geração. Em *Os retornados – um amor nunca se esquece*, de Júlio Magalhães, o leitor encontra farto material iconográfico composto por fotos de família, algumas do próprio autor. Dulce Maria Cardoso afirma que não gosta de falar de sua escrita. Por isso, em suas entrevistas, rememora seu tempo de vida em Angola e seu retorno para Portugal.

Neste aspecto, *Caderno de memórias coloniais* alinha-se portanto não nos da geração de retornados ou ex-combatentes – o título não o permitiria desde logo – mas nos da geração de netos que Salazar não teve: a geração dos filhos da Guerra Colonial, os filhos da ditadura, os filhos dos retornados, aqueles que têm uma memória própria, mas de criança, dos eventos que levaram ao fim do império português em África, ou pós-memórias já, ou seja, aqueles que não têm memórias próprias destes eventos, mas que cresceram envoltos nessas narrativas sem serem delas testemunhas. Memórias, pós-memórias que coincidem com o despertar para a vida, com descobrir o mundo para além da hipotética casa familiar protegida, com o descobrir da diferença etnicamente marcada, com a diferença social habilmente construída. (RIBEIRO, 2010).

É útil o apoio do texto “Vozes de crianças”, de Arthur Nestrovski, na medida em que o autor comenta, a partir do advento da Segunda Guerra Mundial e da política de extermínio sistemático de judeus, a impossibilidade da narração do trauma pela geração que o presenciou. Nestrovski chama a atenção para a quantidade de romances escritos a partir da voz de crianças, “de Roddy Doyle a Seamus Deane, de Jacques Roubaud e Georges Perec a Ida Fink e J. M. Coetzee” (NESTROVSKI, 2000, p.187). Três gerações após a *Shoah*, comenta o teórico, a dificuldade de representação só se faz mais aguda, face a um acontecimento que não se deixa capturar pelo pensamento, pela palavra ou pela fala. A literatura contemporânea, diz, está marcada pelo fracasso em se transformar numa testemunha autêntica.

É instigante pensar o caso português na esteira do texto de Nestrovski. Ao comentar o caso do músico e escritor Binjamin Wikormirski, que escreveu o contundente e não menos premiado *Fragmentos – memórias de uma infância 1939-1948* sem (como se soube posteriormente) jamais ter passado por um campo de concentração. Ao que parece, Wilkorminski reuniu uma coleção de ficções para escrever o que poderiam ser suas memórias, arrebatando prêmios como o Museu do Holocausto, em Washington, Estados Unidos, e o Prêmio da Memória da Shoah, de Paris, além do reconhecimento da *Jewish Quarterly*, de Londres, na Inglaterra.

Essa narrativa do trauma feita pela voz da segunda geração de retornados me interessa. No caso português, também se pode detectar uma memória reconstruída por via indireta, por relatos, fotos e objetos que chegam de fontes secundárias. É preciso lançar a pergunta sobre que tipo de nova narrativa é esta que surge em Portugal, que tipo de memória resgata e se ela poderia, inclusive, ser categorizada sob um novo gênero, o que, particularmente, acho possível, dada a quantidade e a intensidade dessas narrativas recentemente surgidas.

Outro tópico a ser observado é o estudo sobre a maneira pela qual esses livros vêm sendo vendidos no Brasil, uma vez que, embora a problemática que os envolve diga respeito a Portugal e suas colônias, a antiga metrópole está hoje em crise econômica e, em busca de sobrevivência financeira, precisa expandir seu mercado editorial para outros países em que possa encontrar leitores com poder aquisitivo. O Brasil é um mercado bastante visado atualmente pelas editoras portuguesas, por reunir essas características e, além de tudo, ser parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O terceiro ponto para o qual chamo a atenção diz respeito ao momento contemporâneo que tem trazido essas narrativas à tona. É relevante a investigação a respeito dos resquícios coloniais presentes nesses textos e a forma como são trabalhados pelos autores – por exemplo, se assumem ou não responsabilidade pelos acontecimentos do passado ou de que maneira constroem a imagem de seus progenitores, figuras centrais do momento colonial português.

Esse momento pode ser percebido por meio de indícios que estão, por exemplo, na imprensa portuguesa. Em 16 de dezembro de 2011, o suplemento semanal *Ípsilon*, do jornal *Público* (que, editorialmente, pode ser comparado à *Ilustríssima*, da *Folha de São Paulo*), publicou uma edição em cuja capa se lia o título “O esplendor de Portugal – 2011, o ano em que não tivemos medo de olhar para nós”. Remetendo com ironia a um verso do hino nacional português, como também fez António Lobo Antunes ao nomear assim um de seus livros, o suplemento propôs aos leitores que

olhassem para o panorama cultural português e percebessem a especificidade do momento contemporâneo. Com a contundente manchete “O ano em que fizemos contas aos fantasmas do Império”, o jornalista João Bonifácio fez um extenso levantamento de representações artísticas levadas a cabo em 2011 que, de alguma forma, propuseram uma reelaboração do passado colonial. Note-se que a construção lusa da frase provoca um ruído para nós, brasileiros, uma vez que “fazer contas a” pode dar a ideia de um enfrentamento no acerto de algum saldo. Para nós, seria “fazer contas com”, o que parece um tanto mais amigável.

Dulce Maria Cardoso, de *O retorno*, aparece como representante portuguesa da área da literatura. Entre outras personalidades do país listadas, estão o produtor musical e MC Halloween, que “se confirma como um dos mais assertivos e duramente honestos cronistas do nosso cotidiano” ao dizer em versos que “nasceram morangos e floribelas na campa de Salazar”; o cineasta João Canijo, diretor do filme *Sangue do meu sangue*, uma indiscutível e poderosa crítica das consequências sociais do mau momento econômico português; e o arquiteto Eduardo Souto de Moura que, ao receber o Prêmio Pritzker das mãos do presidente americano Barack Obama, disse que “Hoje, como ontem, a solução para a arquitetura portuguesa é emigrar”. Imagens das personalidades estão reunidas numa galeria de fotos que é apresentada com os dizeres “Espelho nosso – À beira do precipício, em 2011, houve portugueses que estenderam um espelho aos portugueses. Sátira, generosidade, maravilhamento, desconforto. Quem tem a coragem de desviar o olhar?” (BONIFÁCIO, 2011, p.7).

A repercussão crítica de *O retorno* e a aclamação do livro como o primeiro romance literariamente sofisticado (principalmente pela imprensa portuguesa, mas também pela brasileira, uma vez que ganhou amplo espaço em suplementos literários) foram os motivos que me levaram a incluí-lo no corpus da tese. Lançado em 2011, *O retorno* é a narrativa feita em primeira pessoa por Rui, um garoto de 15 anos que é levado às pressas de volta para Portugal, na iminência da independência de Angola, no final de 1975. Em meio à revolta popular, ele é embarcado num avião que retornará a Lisboa. Vai em companhia da mãe, que tem Alzheimer e inspira cuidados médicos, e da irmã mais velha. O pai, que tenta até o último instante manter uma atmosfera de tranquilidade dentro de casa, em Angola, enquanto a família janta à mesa, se vê na emergência de interromper a refeição e levar a família ao aeroporto. É ajudado pelo tio, um militar português que deserda a tropa e se junta à milícia local (e que, mais adiante no livro, assume sua homossexualidade).

Interpelado no portão por um grupo de nativos negros armados sobre um jipe, o pai de Rui acaba vítima de uma emboscada. Durante toda a narrativa, o jovem sustenta a versão, tanto para ele quanto para a mãe e a irmã de que o pai (entendido também como a nação portuguesa) está vivo(a) e que irá encontrá-los a qualquer momento no hotel no Estoril no qual a família foi acomodada.

Embora o hotel seja de luxo, não há conforto algum nas acomodações providenciadas pelo Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN), uma sigla a que Rui é logo apresentado e que será recorrente no livro. Como de fato ocorreu em 1975, em Portugal, não há lugar para acomodar 500 mil pessoas chegadas à capital de uma só vez. Os hotéis foram as únicas opções de hospedagem para a maior parte dos portugueses, já que muitos não tinham família em Portugal ou, se tinham, eram rejeitados pelos parentes. A narrativa de *O retorno* retrata a adolescência de Rui, em sua descoberta do mundo, na sua alteridade, diferença e injustiça, e também sua abertura para o cinema, a música, o amor e a sexualidade. Da mesma forma, fica clara para o leitor que se trata de uma descoberta dos traços distintivos entre a metrópole e as colônias e da sua identidade fraturada de cidadão nacional português.

Rejeitado pelas moçoilas loiras da metrópole que tenta paquerar (com as quais só havia travado contato por meio do pôster da *pin-up* que ficava em seu quarto), Rui circula pelo que, agora, é uma subclasse de portugueses excluída em seu próprio país. Na escola, não é chamado pelo nome pelos professores – eles só se referem a ele pelo número de chamada ou pela palavra “retornado”. Estranha as vestimentas acinzentadas das pessoas nas ruas e não se adapta aos humores locais. Faz amizade com desiludidos veteranos de guerra, também retornados, que querem abrir os contêineres e se apossar dos poucos bens que alguns conseguiram trazer de suas antigas casas nas metrópoles.

Porém, Rui aprende que esse é seu novo mundo, e é nele que precisará se mover dali por diante:

Há muita gente de Moçambique aqui no hotel mas os de Angola quase não se dão com os de Moçambique. Os de Moçambique têm a mania que viviam na pérola do Índico e usam palavras em inglês, chamam boys aos miúdos pretos e dizem que moravam em flats, falam de monhés e de chinas. A D. Suzete do 310 é moçambicana e está sempre a fritar chamuças no quarto, o corredor fica todo a cheirar fritos, a directora qualquer dia expulsa-a. Às vezes os de Angola e os de Moçambique desentendem-se acerca de qual era a melhor colónia, as outras colónias quase não contam. Quando o pai chegar vai defender Angola tão bem que os de Moçambique nunca mais abrem a boca. Gosto de ouvir os de Moçambique falarem dos Dragões da Morte, das machambas, do ataque ao posto administrativo do Chai, do hotel Polana. Não consigo perceber porque é que discutem tanto qual era a melhor colónia se já perdemos as duas. Quer dizer, Angola ainda é nossa mas só até o dia 11 de Novembro.(CARDOSO, 2011, p.88).

### **3 Uma Literatura Surgida em Meio à Crise**

Essas são questões pulsantes no atual momento econômico, político e social de Portugal e dos países que foram suas colônias. Porém, como o Brasil não teve papel ativo nos processos de independência, é relevante perceber as estratégias de mercado usadas na promoção de *O retorno* junto ao público brasileiro. A atuação do Brasil, à época, ficou restrita ao reconhecimento da soberania das jovens nações e à intermediação de interesses junto à Organização das Nações Unidas (ONU), visando, também a exploração posterior dos recursos naturais das colônias, como petróleo e minérios. Mesmo assim, interessa às editoras portuguesas venderem seus livros por aqui. Uma das apostas da Editora Tinta-da-China é em *O retorno*.

O maior evento de lançamento do livro até o momento, no Brasil, foi, possivelmente, a participação de Dulce Maria Cardoso na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) que, este ano, ocorreu entre os dias 4 e 8 de agosto, como sempre desde 2003, na pequena cidade histórica. A mesa literária da qual a escritora participou foi realizada no horário nobre, digamos, da Flip, que é na tarde de sábado. Este dia é o mais concorrido, pois, por ser no fim de semana, faz da festa uma atração não só para quem está hospedado em Paraty, como para as pessoas que estão a passeio em outras localidades da região Sul fluminense, como Mangaratiba, Angra dos Reis ou Ubatuba, no litoral Norte do estado de São Paulo. A mesa de Dulce Maria Cardoso, às 15h, levou o título de “Em família” e foi mediada pelo professor doutor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) João César de Castro Rocha, contando com a participação dos também escritores Zuenir Ventura, o campeão de vendas de livros na Flip (GOIS, 2012) (somente no evento, foram 440 unidades), e João Anzanello Carrascoza. O público, como de costume, lotara a tenda principal, a dos Autores, a do telão, para onde o debate é projetado, e as adjacências desta última.

Conforme sugerido pelo nome da mesa de discussão, Dulce Maria Cardoso, em sua fala de aproximadamente 20 minutos, fez uma apologia da família e em momento algum entrou em detalhes relacionados à ambientação histórica de *O retorno*, adotando, frente ao público massivamente brasileiro, estratégia significativamente distinta à que fora escolhida dias antes, no Real Gabinete Português de Leitura, frente a um público sabidamente conhecedor da história portuguesa recente. O único momento em que Dulce, nascida em 1964, falou sobre os retornados – tema central de seu livro – foi ao responder a uma pergunta da audiência, que lhe requisitava que explicasse do que se tratava a questão dos cidadãos portugueses que tiveram que voltar para Lisboa, coisa que a escritora realizou com uma frase, em questão de poucos segundos.

O terceiro livro a que me dedico é *Os retornados – Um amor nunca se esquece*, romance de Júlio Magalhães editado pela Esfera dos Livros. A principal razão para a escolha foi a vultosa vendagem obtida desde seu lançamento, em 2008. A editora lançou o livro em fevereiro daquele

ano. Em outubro, ele já havia alcançado a 12<sup>a</sup> edição, sendo a última a mais caprichada, feita em tiragem limitada com capa dura e recoberta. Em dezembro do ano passado, três anos depois de seu lançamento, *Os retornados* estava sendo vendido com um selo na capa que indicava a marca de 175 mil unidades vendidas, o que é um feito impressionante num país de 10 milhões de habitantes que, até os anos 80, registrava taxas nacionais de analfabetismo em torno de 60%.

É importante levantar razões para a ocorrência de tal fenômeno de vendas. A impressão é a de que, no mínimo, estabeleceu-se um pacto de leitura entre texto e leitor em que se construiu um espaço literário para que experiências narrativas comuns pudessem ser compartilhadas. Nesse sentido, dou seguimento ao trabalho realizado em minha dissertação de mestrado *Narrativas da dominação no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias*, defendida no Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em agosto de 2010.

Apoiada nos conceitos de mundanidade, expresso por Edward Said em *Cultura e imperialismo*, e no de transitividade da literatura, de Silviano Santiago, aposto no estudo do livro não apenas como produção literária, que pode ser mais ou menos sofisticada, mas na função social desses blocos de papel encadernados – ou “tijolos”, como quis Foucault. Embora eu não esteja mais me referindo a uma literatura empenhada em construir uma didática para aqueles que faziam parte do mundo colonial, dentro ou fora das metrópoles, como fiz na dissertação, e esteja interessada na reconstrução do passado recente feita pela segunda geração de colonos, creio que a interação que se estabelece entre público leitor e livros têm muitas semelhanças, nos dois casos. O sucesso de vendas é, para mim, um importante sintoma desse fenômeno. Conforme assinala Inocência Mata em seu artigo “A África como locus na literatura portuguesa”, escrita a propósito do surgimento dessa nova escrita literária,

O atual regresso à África não se faz na esteira da literatura colonial, aquela que participa da concentração sinfônica da subalternização do homem africano e que, na construção textual, desenha a apologia do império e da colonização como necessária ao processo civilizatório. Essa configuração ideológica é atualizada a nível técnico-compositivo e semântico-pragmático da urdidura textual (narrativa e lírica) e na sua intencionalidade ideológica pela representação de uma espaço-temporalidade hostil – o que permite a construção heroica da figura do colonizador. (MATA, 2011, p.133).

O prólogo de *Os retornados – um amor nunca se esquece*, ou *Os retornados*, como passo a chamar o livro, começa com uma frase que considero bastante significativa: “Nasci em 1963” (MAGALHÃES, 2008, p.7). Como nos outros casos, o autor também se apresenta como integrante de uma geração e marca sua proximidade dos acontecimentos históricos. Ele continua: “Nesse ano, em Dezembro o meu pai resolveu dar um novo rumo à nossa família: partimos para Angola onde já estavam alguns familiares nossos”.

Nessa mistura de biografia e narrativa, Júlio Magalhães, que é jornalista, explica ao leitor que a editora A Esfera dos Livros lançou a ele o desafio de escrever um livro sobre uma época ou figura da História de Portugal e que ele, de imediato, pensou em escrever sobre Angola. A editora pediu-lhe um livro com enquadramento histórico, mas que fosse romanceado. A relação, no livro, é tão simbiótica que, entre as páginas 144 e 145, o leitor encontra um adendo de 12 páginas em papel couché de alta gramatura nas quais estão impressas fotos do autor em momentos de reunião familiar, a começar por um retrato dele tirado em Angola, quando ele era um bebê de apenas um ano. Em muitos outros trechos do livro, a narrativa aparece intercalada por fotos cedidas por cidadãos portugueses, ora em momentos de felicidade numa Angola que já não existe, ora cercados por malas ou dormindo sobre colchonetes, na volta para Lisboa.

De pronto, percebe-se que existe, em Portugal, um mercado pujante, ansioso por esse tipo de narrativa. Uma busca pela palavra “retornados” no campo de livros do site da livraria Bertrand, em Portugal, traz as opções de outros dois romances, todos com esse apelo no título<sup>3</sup>. Como ocorre

---

<sup>3</sup> São eles: *Os retornados – O adeus à África* e *Os retornados – Três vivências no feminino, num roteiro de África*.

também em *Cadernos de memórias coloniais*, há um adendo no fim do livro. Nele, são publicados 18 mensagens de congratulações enviadas por leitores ao autor (que, segundo informam os leitores, escreveu seu e-mail junto às dedicatórias para que lhes enviassem opiniões). Uma pessoa relata ter interrompido a leitura por ter ido às lágrimas. Outras contam que a narrativa é um espelho fiel do que viveram, e se declaram amigas do autor. Há, ainda, os que contam terem lido as 307 páginas de uma vez só.

*Os retornados* é um *best-seller* com uma história de amor vivida no conturbado ano de 1975. Produzida com vistas à conquista do mercado leitor, não tem grande elaboração literária e, claramente, está politicamente mais à direita do que as outras duas eleitas para esta tese. O uso de palavras como “ultramar” que, a partir da revogação do Ato Colonial, em 1951, passou a substituir a palavra “colônia” em todo documento oficial português, é uma das indicações disso. A imagem de que a Revolução dos Cravos ocorrida em Lisboa serviu para causar desordem, forçando a volta dos portugueses que estavam nesses territórios, também.

Trata-se de uma narrativa bastante linear e de fácil assimilação, apoiada na história de uma jovem advogada que se decepciona com a realidade dos tribunais e decide se tornar comissária dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), sendo alocada na rota Lisboa-Luanda-Lisboa. É no dia-a-dia de seu trabalho que ela descobre a peculiaridade da política portuguesa.

Joana estava a par do que se passava. Há um ano que a TAP tinha aumentado os voos para Angola. Nesse verão de 1974, trinta mil portugueses residentes nessa colônia abandonaram-na. No verão de 1975 mais duzentos mil saíram de Angola e agora, a meio do mês de Outubro ainda era necessário retirar cerca de 80 mil pessoas. O pessoal de longo-curso andava fatigado, a TAP estava a esgotar suas capacidades e agora era hora de mobilizar toda a gente para um último esforço com previsão para acabar até 11 de Novembro, quando fosse declarada a data de independência de Angola.

A instabilidade que se vivia nas colônias ultramarinas no pós-25 de Abril, com os grupos de libertação a voltarem à guerrilha armada, lutando pela independência, ganhava contornos mais alarmantes. O governo de Lisboa tinha baixado as armas, a confusão política que se vivia em Portugal não deixava grande discernimento para a resolução do problema das ex-colônias.

Os milhares de portugueses que desde 1961 começaram a ser mobilizados para combater o terrorismo em Angola regozijavam-se agora com o fim do Estado Novo e o fim da guerra no Ultramar. Queriam regressar depressa e em força, da mesma maneira que o regime de Salazar os tinha mandado para lá. (MAGALHÃES, 2008, p.53).

## Conclusão

Surge, portanto, uma nova modalidade de escrita ou, quem sabe, gênero. *Caderno de memórias coloniais*, *O retorno* e *Os retornados*, formam o *corpus* para uma análise da escrita desses autores, os filhos de retornados que assumem seu lugar de fala para reelaborar e reescrever memórias, algumas duras, de acontecimentos dos quais receberam influência indireta ou foram coadjuvantes. Isso tem sido feito desde 2011, no desenvolvimento de meu projeto de tese preliminarmente intitulado *Retornados à África: Novas narrativas sobre a colonização portuguesa no século XX*, no Programa de Pós-Graduação em Literatura, cultura e contemporaneidade do Departamento de Letras da PUC-Rio.

Procuo, também, verificar como são representados os pais nas narrativas, não só porque, em momentos, se confundem com os progenitores reais como se constituem uma metáfora da pátria portuguesa. Por isso, relaciono esse acontecimento literário com o momento sócio-econômico-político de Portugal, tentando fazer conexões entre essas formulações pela via da

escrita e manifestações semelhantes em outras artes.

Observo, ainda, o surgimento e a recepção dos novos textos não só em Portugal, mas no Brasil, já que um dos desdobramentos da crise europeia é a extensão das atividades das editoras portuguesas ao mercado brasileiro. Se estratégias têm sido usadas para conquistar o leitor luso, e se lá a aceitação desses livros é uma realidade (pelo menos numericamente) incontestável, é preciso saber que conexões o receptor brasileiro, que supostamente não está familiarizado com o passado recente português, fará a partir da leitura de tais livros.

### **Referências Bibliográficas**

- 1] BONIFÁCIO, João. O ano em que fizemos contas aos fantasmas do Império. In: *Ípsilon. Público*. Lisboa. 16 dez.2011. pp. 6-9.
- 2] CARDOSO, Dulce Maria. *O retorno*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011.
- 3] FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Coimbra: Editora Angelus Novus, 2009.
- 4] GOIS, Ancelmo. *O Globo*. Rio de Janeiro. 12 jul. 2012.
- 5] HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- 6] MAGALHÃES, Júlio. *Os retornados: um amor nunca se esquece*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- 7] MATA, Inocência. A África como locus na literatura portuguesa. *Revista Letras Com(n) Vida – Literatura, Cultura e Arte*. Revista do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. N.3. Out. 2011. Lisboa. pp. 132-140.
- 8] NESTROVSKI, Arthur. Vozes de crianças. In: NESTROVSKI, Arthur. SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Editora Escuta, 2000.
- 9] NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- 10] RIBEIRO, Margarida Calafate. Margarida Calafate Ribeiro sobre “Caderno de memórias coloniais. In: <http://angnovus.wordpress.com/2010/02/18/margarida-calafate-ribeiro-sobre-«caderno-de-memoria-s-coloniais»>. Acesso em 25.abr.2010.
- 11] RODRIGUES, Flávia Arruda. *Narrativas da dominação no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias*. Dissertação de mestrado. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 91 p. Rio de Janeiro. 2010.

---

i **Flávia Arruda RODRIGUES, Doutoranda**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Universidade Estácio de Sá (UNESA)  
Departamento de Letras/Curso de Comunicação Social  
flaviaarodrigues@yahoo.com.br